

20 ANOS DA REDE DE ESTUDOS RURAIS: TRAJETÓRIA, CONTRIBUIÇÕES E PERSPECTIVAS

Coordenador (a): Leticia Andrea Chechi, Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Apresentadores (as):

Ramonildes Alves Gomes, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Luís Antonio Barone, Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Everton Lazzaretti Picolotto, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Justificativa

As dinâmicas que envolvem o meio rural vêm se transformando ao longo dos anos, exigindo o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares e a construção de espaços de diálogo para integração e promoção do conhecimento sobre as ruralidades do Brasil e do mundo. É nesta perspectiva que surge a Rede de Estudos Rurais em 2006, por meio da mobilização de estudiosas visando aprofundar as discussões das temáticas referentes ao rural, sendo sensível a questões emergentes no debate nacional. A Rede constituiu-se a partir de princípios como o caráter interdisciplinar e interinstitucional, o envolvimento de pessoas com diferentes níveis de formação, a adoção de uma metodologia específica de grupos de trabalho e a promoção de diferentes espaços e meios para o intercâmbio de conhecimentos.

Nesse contexto, essa seção organizada tem como objetivo compartilhar a trajetória e contribuições dos 20 anos da Rede de Estudos Rurais, bem como refletir sobre suas perspectivas futuras, considerando os “tempos de incerteza e mudanças climáticas”. Ao longo destas duas décadas e da realização de onze encontros, é notória a relevância deste coletivo de pesquisadoras e pesquisadores em relação aos estudos rurais brasileiros contemplando os temas centrais deste evento: a natureza, as políticas públicas, a alimentação e nutrição e mudanças climáticas. Ao reunir diferentes áreas disciplinares e contemplar todas as regiões do país, a Rede consolidou uma atuação que ultrapassa os limites do espaço universitário, estabelecendo articulações com movimentos sociais, entidades sindicais, organizações não governamentais, cooperativas, associações e setores governamentais. Tal trajetória evidencia sua relevância acadêmica e social a ser compartilhada nesta seção organizada.

1. A produção de conhecimentos em rede e na Rede de Estudos Rurais: desafios e perspectivas

Ramonildes A Gomes (PPGCS, UFCG)

1. Objetivos

O objetivo dessa apresentação é refletir sobre o percurso feito pela Rede de Estudos Rurais para se constituir enquanto espaço fecundo, participativo e inclusivo de trocas de saberes científicos, empíricos e militantes em torno de questões e temas que povoam os espaços e territórios rurais. Contribuir com o crescimento da Rede de Estudos, que completa 20 anos de existência, através de um exercício de reflexão é um verdadeiro empreendimento científico e político, associado a estratégia de capturar leituras interdisciplinares do mundo social, através de uma metodologia singular, distintiva e exigente, que conecta desde o tema geral norteador dos encontros bianuais, atravessando as mesas redondas, tendo nos Grupos de trabalho o ponto de culminância. O percurso da Rede de Estudos Rurais, ao mesmo tempo que reafirma o compromisso com a ciência pública dos estudos rurais, influencia a formulação de respostas e soluções frente aos problemas sociais, revelando invariantes, estruturas e mecanismos, nem sempre visíveis aos atores envolvidos.

2. Caminhos metodológicos e quadro de análise

Considerando o cenário de múltiplas crises e a necessidade resistir e superar as reflexões que serão compartilhadas, se apoia em um acervo construído no marco temporal de 02 décadas (2006-2026). Um acervo no qual figuram estudos rurais sobre temas diversos e caros a realidades das populações do campo, das florestas e das águas, sob identidades diversas, reivindicadas, tuteladas ou atribuídas. Com intuito de apreender o caráter público do conhecimento produzido coletivamente pela Rede de Estudos Rurais, nos interrogamos sobre o empirismo epistemológico presente nos estudos rurais, enquanto estratégia para validar o conhecimento da realidade, a partir de articulações tecidas por atores/pesquisadores atuando e fortalecendo redes sociotécnicas, ao mesmo tempo que incide sobre as políticas públicas. Trata-se de um estudo apoiado na cienciometria, cujo objetivo é analisar do ponto de vista quantitativo a produção científica (pappers, mesas redondas e os temas central dos 11 encontros). O levantamento quantitativo subsidiará a construção de um banco de dados, e, posteriormente a seleção de uma bibliografia que será utilizada para a análise de conteúdo propriamente dito.

Analisar a produção científica dos estudos pautados nos encontros da Rede de Estudos Rurais é também uma maneira de problematizar e relacionar os temas priorizados frente a contextos históricos e políticos ameaçados por polícrises (Lawrence, *et al.* 2024). Considerando que a Rede de Estudos Rurais é um campo social de produção de conhecimento, assumimos como hipótese o fato de que as discussões fomentadas acerca dos espaços e territórios rurais, caracteriza-se por valorizar a empiria e dialogar com saberes tradicionais, fazendo com a Rede, longe de potencializar uma ciência de segunda ordem, tem sido porta-voz de grupos sociais que experimentam os dilemas e mazelas que alimentam insights e organizam o conhecimento (Braga e Burawoy, 2009). Trata-se de um ensaio de caráter analítico-descritivo, pensado a partir de um quadro interpretativo ancorado em debates sobre o campo científico de Pierre Bourdieu (2000; 2006; 2010), da relação entre ciência e poder, presente em textos de Bruno Latour (1997) e Isabelle Stengers (2002), nas características da sociologia, descritas por Braga e Burawoy (2009).

Guisa de Conclusões

Neste momento não temos condições de escrever uma conclusão, no sentido mais formal, nossa pretensão é percorrer o traçado da Rede de Estudos Rurais, ao longo desses vinte e seis anos para chegar a reflexões. Nos impomos a tarefa de fazer uma costura artesanal nos termos de White Mills (1969). Mapear temas, referências teórico-conceituais e opções metodológicas, avaliamos uma tessitura que exige paciência, criatividade, mas, sobretudo vigilância e dedicação para não transformar a produção em mera reprodução, nem reduzir a análise a juízos de valor.

A priori, imaginamos que se por um lado recai sobre os estudos rurais a crítica de que a atuação dos pesquisadores é fortemente empirista e militante, por outro lado, vê-se que o conhecimento produzido ultrapassa o campo acadêmico e busca maior efetividade entre segmentos populares, excluídos, ora camponeses, ora agricultores e agricultoras familiares, ora populações tradicionais e indígenas. A proximidade cada vez mais intensa entre os estudos rurais e a políticas públicas tem se colocado como um limite à ação reflexiva do próprio conhecimento.

Para o momento, avaliamos que é importante destacar o papel protagonista da Rede de Estudos Rurais na produção de conhecimento em rede, buscando promover intersecções disciplinares, regionais, geracionais e de gênero, interrogando-se sobre, “conhecimento para quê e para quem”, observando os mecanismos de produção, verificação e legitimação de

saberes, sem que isso implique uma hierarquização dos temas e interesses de pesquisa, mais ainda, assumindo o posicionamento de que a definição de temas e questões de pesquisa reflitam posições políticas e a negação de uma orientação de ciência servil e descomprometida.

Bibliografia

BOURDIEU, P. (2010). **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas/SP: Editora Papirus.

BOURDIEU, P. (2004a) **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: editora UNESP.

BOURDIEU, P. (2004b). **Para uma Sociologia da Ciência**, Lisboa: Edições 70.

BOURDIEU, P. (2000). **Propos sur le champ politique**, Lyon: Press Universitaires de Lyon.

BRAGA, Ruy e BURAWOY, Michael. (2009). **Por uma sociologia pública**. São Paulo: Alameda.

BURAWOY, Michael. (2009). **O marxismo encontra Bourdieu**. Campinas/SP: Editora da Unicamp.

LAWRENCE M. et al. Global polycrisis: the causal mechanisms of crisis entanglement. **Global Sustainability**. 2024.

2. A Rede e as redes: reflexão sobre as temáticas e as redes políticas mobilizadas ao longo dos 20 anos da Rede de Estudos Rurais

Luís Antonio Barone (Unesp)

1. Objetivos

Esta apresentação procura refletir sobre esses 20 anos de existência da Rede de Estudos Rurais em interface com o desenvolvimento de políticas públicas para o rural brasileiro. A articulação de grupos acadêmicos em redes específicas tem sido, nesse início de Século, uma característica da formulação de novas iniciativas governamentais – notadamente no âmbito federal. O quanto essas redes interferem de fato na construção de políticas públicas e o quanto a iniciativa governamental retroage sobre a comunidade acadêmica - criando demandas em termos técnicos e ofertando espaços para prestação de serviços - constitui-se num dilema complexo, com momentos de maior pressão do tipo botton-up seguidos de maior imposição das agências executivas sobre grupos de pesquisa.

2. Aparato teórico-metodológico

A noção de “trama de tensões sociais” (Barone; Ferrante, 2011) parece ser adequada para a interpretação dessa relação dialética entre pressão da sociedade civil e resposta e contrapressões estatais. O desenvolvimento de redes sociotécnicas (Castells, 1996) especializadas na produção de informações/subsídios para a ação governamental também ajuda no esclarecimento desta complexa relação.

Mais especificamente, pode-se enfocar a temática do “desenvolvimento territorial” no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, cujo debate, nascido na academia, constituiu agências e programas definidos. A abordagem territorial para as políticas de desenvolvimento no Brasil tem sua origem em estudos acadêmicos nos anos 1990. Essa tendência, marcada por estudos sobre redes institucionais “que permitem ações cooperativas – que incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação - capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade” (Abramovay, 2003, p. 84), foi rapidamente incorporada ao discurso oficial, sendo efetivamente operacionalizada já no primeiro governo Lula (2003-2006). Esclarece-se que, embora uma referência, a discussão sobre a dinâmica e constituição e territórios não será tomada como uma política pública a ser avaliada.

Nessa operacionalização, mais normativa do desenvolvimento rural, Shejtman e Berdegué (2003) indicam o desenvolvimento territorial rural como um processo de transformação do espaço rural com vistas à redução da pobreza e sua melhor dinamização econômica. Apesar da ênfase ser fundamentalmente na economia, para esses autores resta óbvio que o território é uma construção social, na qual se expressam a identidade e o pertencimento – algo coletivamente compartilhado (Schejtman; Berdegué, 2003). A mudança de governo nas eleições de 2002 fez com que uma discussão sem muita concretização em termos de políticas públicas até então, efetivamente se materializasse como ação governamental. A chegada de uma coligação de partidos liderada pelo PT ao governo federal dinamizou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ampliando seus instrumentos de ação. Então, um conjunto de iniciativas acabou por conformar um campo institucional e ampliou-se o corpo técnico que possibilitou, dentre outras coisas, dar realidade política à abordagem territorial do desenvolvimento rural concebida no período anterior.

Nesse ciclo político, a busca do governo federal pelo empoderamento dos atores rurais mais subalternizados acaba por atender, em parte, a demanda dos setores mais organizados sem,

contudo, romper de fato com a dinâmica estrutural do desenvolvimento regional – algo patente, sobretudo, no Pontal do Paranapanema (Barone *et al.*, 2011). Com a crise política que se abateu sobre o Brasil desde a reeleição da presidente Dilma Rousseff (2014) e a subsequente instalação de um governo interino (Michel Temer, 2016-2018), a estrutura institucional criada pelas políticas de desenvolvimento territorial rural – desde a SDT até os colegiados territoriais que discutem e aprovam projetos nas centenas de territórios rurais e da cidadania criados no país – foram paulatinamente esvaziados, até a sua completa extinção no governo Bolsonaro. Atualmente, o governo federal tenta rearticular essa política, mas sem muita efetividade nas distintas regiões rurais, buscando recuperar as capacidades institucionais/estatais para uma maior presença nos rumos do desenvolvimento das áreas rurais.

3. Resultados (in)conclusivos

A trajetória de distintos grupos acadêmicos em torno dessa temática se dará em simbiose com essa agenda governamental. Grupos ligados à Rede de Estudos Rurais serão mobilizados. Num primeiro momento, cria-se, inclusive uma nova “rede” de pesquisadores – a Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial – cuja permanência se justifica pela importância da temática e, sobretudo, pela assessoria ao Governo Federal na sua tentativa de retomar as políticas territoriais.

A inclusão da linha de Desenvolvimento Territorial nos Encontros da Rede de Estudos Rurais demonstra o alcance dessa relação de retroalimentação entre academia e governo(s). Atualmente, a forma de execução de inúmeras ações governamentais – notadamente no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário - se dá através de repasse de atribuições técnicas e recursos via Termos de Execução Descentralizada, um mecanismo de agilizar processos burocráticos, mas também uma forma de exercício de preeminência dos objetivos governamentais sobre grupos de pesquisa do mundo rural.

4. Referências

BARONE, L. A.; FERRANTE, V. L. S. B. **Assentamentos Rurais em São Paulo: Estratégias e Mediações para o Desenvolvimento**. DADOS (Revista de Ciências Sociais), Rio de Janeiro, vol. 55, no 3, 2012.

CASTELLS, M. A **Sociedade em Rede (Vol. 1 - A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura)**. RJ, Paz&Terra, 1996.

Abramovay, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre, EdUFRGS, 2003.

BARONE, LA; MELAZZO, ES; SILVA, AA. (coord) **Célula o Pontal do Paranapanema/SP: acompanhamento e informação para o desenvolvimento rural** (Relatório de pesquisa). Presidente Prudente, FCT/Unesp, 2011;

SCHEJTMAN, A. BERDEGUÉ, J. **Desarrollo territorial rural**. RIMISP, Santiago/Chile, febrero, 2003.

3. Tecendo Trajetórias nos 20 Anos da Rede de Estudos Rurais e além: agricultura familiar, trabalho rural e sindicalismo

Everton Picolotto (UFSM)

1. Objetivos

Essa comunicação tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre os 20 anos da Rede de Estudos Rurais e as interconexões com a minha própria trajetória de pesquisador nos temas agricultura familiar no Brasil, trabalho rural e sindicalismo. Tais temas são organizadores de boa parte dos investimentos de pesquisa realizados e apresentados nos fóruns da Rede, desde o I Encontro da Rede de Estudos Rurais, em 2006, até os anos mais recentes. Portanto, a apresentação das trajetórias interconectadas da Rede e do pesquisador é a opção adotada para refletir sobre a Rede e a produção de conhecimento que ela oportunizou ao longo do tempo.

O texto é organizado em três partes, além desta: no item 2 faço uma apresentação das trajetórias da Rede e as suas conexões com a do pesquisador dos temas rurais; no 3 desenvolvo as contribuições sobre os estudos da agricultura familiar, sindicalismo e trabalho rural; no 4 são feitas algumas projeções de estudos futuros.

2. Trajetórias interconectadas

A trajetória da Rede de Estudos Rurais, que completa 20 anos em 2026, confunde-se com a minha própria caminhada acadêmica e profissional, evidenciando o papel desta sociedade acadêmica como espaço de formação e consolidação dos estudos rurais no Brasil. Minha inserção ocorreu no I Encontro da Rede de Estudos Rurais, em 2006, realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói. Naquela ocasião, como recém-mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), apresentei os resultados da minha dissertação focada no movimento sindical de agricultores familiares em Constantina-RS. Esse momento inicial simboliza um dos princípios fundamentais

da Rede: o acolhimento de pesquisadores em diferentes estágios de formação, promovendo a renovação dos quadros intelectuais dedicados às ruralidades brasileiras.

Ao longo das edições seguintes, minha participação aprofundou-se paralelamente ao meu doutorado em Ciências Sociais no CPDA/UFRRJ. Nesse período, utilizei os espaços da Rede para apresentar as etapas de construção da minha pesquisa e, posteriormente, os seus resultados finais, beneficiando-me da metodologia de Grupos de Trabalho (GTs) que privilegia o debate exaustivo e a crítica qualificada. Da participação no II Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2007, tive a oportunidade de publicar o meu primeiro artigo em periódico, no dossiê de trabalhos selecionados na revista Raízes (Picolotto, 2007).

A Rede, desde os primeiros anos, constituiu-se como um arranjo interdisciplinar e interinstitucional essencial, sensível às questões emergentes do debate nacional e capaz de aglutinar estudiosos de todas as regiões do país. As grandes questões do rural brasileiro passaram pelos fóruns da Rede. A partir de 2012, já na condição de professor da UFSM, passei a atuar em novas frentes dentro da Rede, participando de articulações de pesquisas, organização de livros e dossiês em periódicos, além de assumir a coordenação de GTs e mesas redondas nos encontros da Rede e eventos de outras sociedades acadêmicas (SBS, Anpocs, etc.), nos quais integrantes da Rede organizaram espaços dos “estudos rurais”.

Minha contribuição institucional culminou com a eleição para a diretoria da Rede de Estudos Rurais na gestão de 2017 e 2018. Nesse período, colaborei ativamente na organização do VIII Encontro da Rede, realizado em Florianópolis, reforçando o compromisso com a descentralização e a diversidade regional. Ao longo de onze encontros, a Rede consolidou uma atuação que ultrapassa os limites universitários, estabelecendo diálogos com movimentos sociais, entidades sindicais, ONGs, cooperativas e setores governamentais. Minha experiência pessoal reitera a relevância acadêmica e social desta rede, que tem sido capaz de integrar temas centrais como as questões agrária e ambiental, a relação sociedade civil-Estado, as políticas públicas, a alimentação, entre outros, sob uma perspectiva de intercâmbio de conhecimentos.

Atualmente, ao refletir sobre as duas décadas da Rede, as perspectivas futuras impõem o desafio de pensar o rural em tempos de incerteza e mudanças climáticas. A trajetória construída desde 2006 demonstra que a Rede de Estudos Rurais possui a robustez necessária para enfrentar essas novas dinâmicas. Minha participação, que evoluiu de um jovem pesquisador apresentando sua dissertação para um docente envolvido na gestão, na participação e organização de eventos e na publicação de obras, atesta a eficácia da Rede em promover o

desenvolvimento de pesquisas que compreendem o rural não apenas como espaço produtivo, mas como um campo complexo de interações sociais e ambientais fundamentais para o Brasil contemporâneo.

3. Temas centrais de investigação

Algumas pesquisas que compartilhei com a Rede de Estudos Rurais ao longo desta trajetória de 20 anos podem ser organizadas em três grandes eixos:

3.1) Gênese e reconhecimento da agricultura familiar no Brasil

A emergência da agricultura familiar como categoria social e política no Brasil não decorre de um processo natural, mas de uma construção histórica consolidada entre o final da década de 1980 e meados de 1990. Envolveu um conjunto de atores, notadamente, o Estado, pesquisadores acadêmicos e as ações e elaborações dos movimentos sociais do campo. Anteriormente classificada sob termos genéricos ou pejorativos como "pequena produção" ou "agricultura de subsistência", a agricultura familiar passou por um processo de ressignificação que a posicionou como um setor moderno e estratégico para a segurança alimentar.

Este reconhecimento foi formalizado pelo Estado através da criação do PRONAF em 1995 e, posteriormente, pela Lei 11.326/2006, que estabeleceu critérios objetivos para a identificação desse público, como a predominância de mão de obra familiar, o limite de área em módulos fiscais e a gestão direta pelo núcleo familiar. Esse reconhecimento social e institucional permitiu que o segmento deixasse de ser visto como um setor decadente, em "extinção", para ser compreendido como um ator econômico vital, capaz de aliar produtividade e sustentabilidade ambiental (Bergamasco e Delgado, 2017; Picolotto, 2022).

3.2) Sindicalismo da agricultura familiar no Brasil

O sindicalismo desempenhou um papel de mediação indispensável na transição da identidade do agricultor familiar brasileiro. Movimentos articulados pela Contag e, posteriormente, pela FETRAF/Contraf, foram os principais responsáveis por pautar a diferenciação entre a agricultura de larga escala (agronegócio patronal) e a agricultura familiar. O discurso sindical conseguiu transformar a categoria "agricultura familiar" em uma bandeira de luta, conferindo visibilidade política a sujeitos que antes eram invisibilizados, como as mulheres e os jovens rurais.

Através da pressão sindical, a agricultura familiar deixou de ser uma abstração acadêmica para se tornar o foco de políticas públicas distributivas. O sindicalismo não apenas lutou por crédito e terra, mas também por uma nova simbologia que valorizasse o modo de vida rural e a sucessão hereditária nas propriedades, enfrentando as contradições impostas pelo modelo de desenvolvimento agrário focado prioritariamente na exportação de *commodities* (Picolotto, 2022).

3.3) Trabalho rural no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, o cenário do trabalho rural é marcado por uma dualidade entre a alta tecnificação e a persistente precarização das relações laborais. O estado, que é um dos pilares do agronegócio nacional, apresenta uma estrutura produtiva onde a mecanização avançada coexiste com contratos de trabalho fragilizados, especialmente após as alterações impostas pela Reforma Trabalhista de 2017.

Observa-se que, enquanto a produtividade por hectare aumenta, o número de pessoas ocupadas na agropecuária tem diminuído, evidenciando um processo de exclusão de trabalhadores menos qualificados ou a sua substituição por máquinas. Além disso, as Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) no estado revelam tensões crescentes: de um lado, a busca por flexibilidade por parte dos empregadores e, de outro, a luta dos trabalhadores para manter direitos básicos em setores intensivos, como a fruticultura e a produção de grãos. O trabalho rural gaúcho, portanto, reflete os limites de um modelo de desenvolvimento que, embora eficiente em termos de volume de produção, ainda enfrenta desafios estruturais no que tange à dignidade e à proteção social de quem produz a riqueza no campo (Picolotto, 2026).

4. Projeções para o Futuro

Para o desenvolvimento futuro dos estudos rurais, a agenda de pesquisa deve se voltar para a complexidade do mundo contemporâneo, onde a agricultura familiar, o trabalho e o sindicalismo enfrentam desafios sem precedentes como a conexão da produção local de alimentos e a sua conexão com as cadeias globais, as reformas trabalhistas realizadas com contornos parecidos em diferentes países e as mudanças climáticas que afetam o planeta todo. Os investimentos de pesquisa precisam superar o nível local, buscar as conexões dos fenômenos com as dinâmicas nacionais, regionais e globais.

Neste sentido, precisamos fortalecer as redes de pesquisa nacionais e internacionais para compreender as mudanças na agricultura familiar, no trabalho rural e no sindicalismo e outras formas de organizações coletivas em diferentes escalas, realizar análises verdadeiramente multidimensionais.

Uma de nossas iniciativas recentes é a criação de uma rede de pesquisa e intercâmbio com instituições da Argentina e do Uruguai, da região pampeana da América Latina. Esta iniciativa visa integrar pesquisadores dos três países, permitindo uma análise comparativa de como o bioma Pampa e suas estruturas agrárias similares reagem às pressões globais, superando as fronteiras nacionais para entender dinâmicas regionais de desenvolvimento, as relações de trabalho e no sindicalismo.

5. Bibliografia

BERGAMASCO, Sonia M.P.P.; DELGADO, Guilherme C. (Org.). **Agricultura Familiar Brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017.

PICOLOTTO, Everton L. Processos de diferenciação dos movimentos sociais do campo no Sul do Brasil: identidade, articulação política e projeto. **Raízes (UFPB)**, v. 26, p. 46-58, 2007.

PICOLOTTO, Everton L. **A formação da agricultura familiar no país da grande lavoura: as mãos que alimentam a nação**. Curitiba: Appris, 2022.

PICOLOTTO, Everton L. **O campo em disputa: sindicalismo e trabalho rural**. Curitiba: Appris, 2026.